



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2020

Relatório de Gestão do exercício de 2020, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 84/2020, da DN TCU nº 194/2021 e das orientações do órgão de controle interno.



SUMÁRIO

<i>Mensagem do Presidente</i>	3
<i>Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo</i>	4
CREMESE	4
Organograma	4
Ambiente Externo	5
Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)	6
<i>Planejamento Estratégico e Governança</i>	7
Estrutura de Governança	8
Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas	10
<i>Gestão de Riscos e Controles Internos</i>	11
Atuação da unidade de auditoria interna	12
Atuação da Comissão de Tomada de Contas (CTC)	12
Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	12
<i>Resultados da Gestão</i>	13
<i>Demonstrações Contábeis</i>	26

SOBRE ESTE RELATO

Bem-vindos.

O objetivo do nosso relatório anual é demonstrar aos cidadãos e órgãos de controle os esforços do CREMESE para dar cumprimento aos seus objetivos institucionais, bem como os principais valores e resultados alcançados. Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

O Relatório de Gestão do CREMESE está assim estruturado:

- ✓ Mensagem do Presidente
- ✓ Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo
- ✓ Planejamento Estratégico e Governança
- ✓ Gestão de Riscos e Controles Internos
- ✓ Resultados da Gestão
- ✓ Alocação dos Recursos e Áreas Especiais da Gestão
- ✓ Demonstrações Contábeis

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2020 foi atípico, tempo de muitos desafios e aprendizados, em especial, para os profissionais que atuam na área da saúde e se viram diante de uma doença até então desconhecida, que é a Covid-19. Diante de um cenário novo e de constantes mudanças, foram necessárias muitas adaptações e condutas diferenciadas de todos. Desse modo, o Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe realizou ações visando garantir o atendimento de qualidade e seguro para a população, funcionários, conselheiros e para os médicos que atuaram na linha de frente durante a pandemia.

Desde a confirmação do primeiro caso no estado de Sergipe, buscamos traçar estratégias que pudessem auxiliar no enfrentamento da doença de forma a proteger os profissionais que estavam na linha de frente, assim como a população que buscava atendimento nas unidades de saúde. Participamos de reuniões semanais com representantes do governo do Estado e do Município, com intuito de garantir Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para médicos e demais profissionais da saúde e avaliar as ações que estavam sendo implantadas pelos governantes. Além disso, buscamos ouvir os médicos, disponibilizando em nossa página na internet um espaço para denúncias sobre falta de EPI's. No âmbito do atendimento à classe médica, o Conselho, através de parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM), ampliou a sua plataforma de atendimentos on-line, incluindo novos serviços, para que o médico pudesse ter mais comodidade e segurança e intensificamos a emissão de novas inscrições, adotando medidas que agilizassem, com segurança, a expedição de novos registros médicos, pois a demanda foi superior em relação aos anos anteriores. Ao longo dos meses do pico da doença em nosso estado, foram publicadas orientações sobre a prática da telemedicina e foi criada uma Câmara Técnica Especial para o combate à Covid-19.

Outro momento importante para o CREMESE ocorreu no início das atividades do Hospital de Campanha de Aracaju, no mês de junho, quando uma ação judicial movida pelos MPF, MPE e MPT, determinou a entrega de Registros Médicos para profissionais formados no exterior e ainda sem Revalida. Para provarmos que não havia falta de médicos habilitados interessados em trabalhar no Hospital de Campanha, abrimos um canal de comunicação para receber manifestações de médicos com interesse em atuar na unidade de saúde e, em um curto espaço de tempo, mais de 115 profissionais manifestaram interesse. Diante disso, convocamos uma entrevista coletiva, juntamente com outras entidades médicas, esclarecendo para a sociedade o que de fato estava acontecendo.

No mês de dezembro, outro fato relevante foi o firmamento do Termo de Cooperação Técnica, Científica e Operacional entre o CREMESE e Ministério Público de Sergipe, através do Procurador-Geral de Justiça, Manoel Cabral Machado Neto, e do Centro de Apoio Operacional da Saúde. O objetivo foi estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente para promoção de assessoramento científico ao MPSE, mediante disponibilização de informações e elementos que auxiliem a atuação dos agentes ministeriais no que diz respeito ao enfrentamento da Covid-19 em todo território sergipano. Firmar essa parceria foi muito gratificante, pois é uma forma de reconhecimento da importância do Conselho e de como podemos contribuir neste momento delicado que assola o mundo.

O reconhecimento de todo trabalho desenvolvido pelo Conselho pode ser mensurado por meio das inúmeras inserções na imprensa local, que ao longo de 2020, viu no CRM uma instituição parceira e de relevância quando o tema é saúde pública. Além disso, através de suas mídias sociais, o Conselho buscou levar informações sobre temas relevantes e orientar os profissionais e o público em geral em relação aos mais diferentes assuntos, se fazendo presente e consolidando o seu papel institucional. O desafio é consolidar e estender tais ações num contexto de grave crise econômica como a que assola o país.

Eis o compromisso da Diretoria do CREMESE – Gestão 2018/2023. Boa Leitura!

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

CREMESE

Somos uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público. Criada por meio da Lei nº 3.268/1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045/58 e alterações posteriores, nossas competências legais e institucionais estão definidas em Regimento Interno.

Nos termos da legislação em vigor, possuímos, dentre outras finalidades, a de registrar, orientar, julgar e fiscalizar o exercício da profissão médica, abrangendo o trabalho individual e o institucional público e privado, inclusive toda a hierarquia médica da instituição que preste direta ou indiretamente, assistência à saúde.

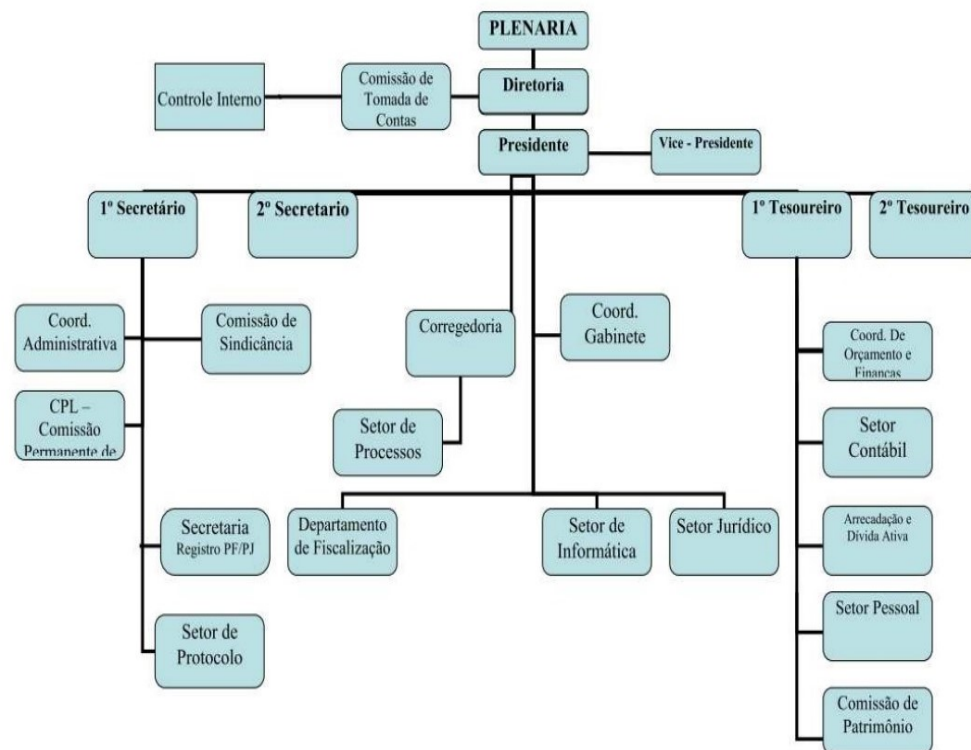
Missão

Promover o bem-estar da sociedade, cumprindo as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina e demais atribuições instituídas por lei, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

Ser reconhecida como uma entidade atuante na fiscalização do exercício profissional e das prestadoras de serviços médicos, e que contribui para o pleno exercício da profissão médica na região.

Organograma

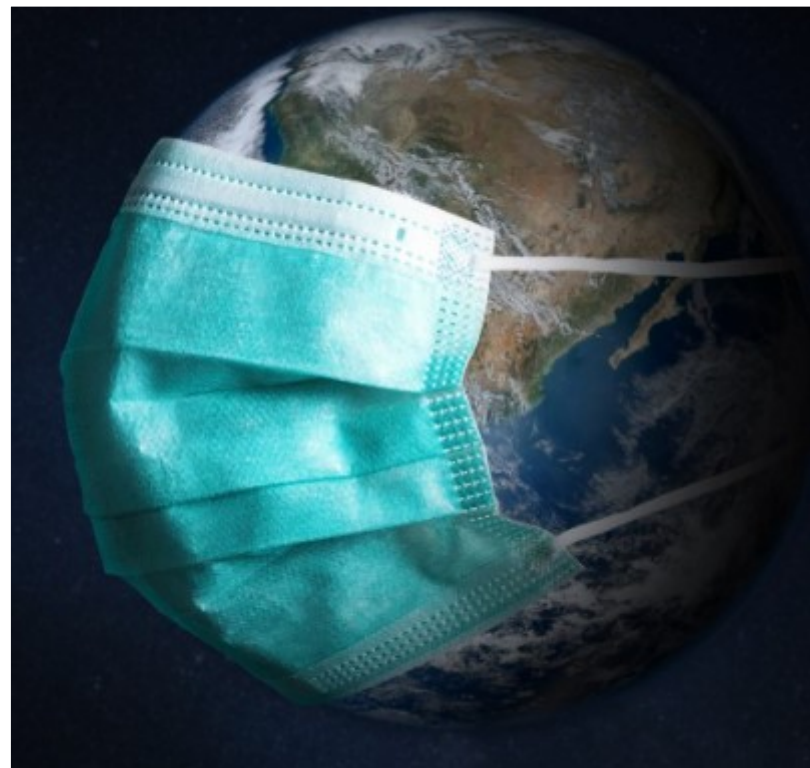


Além da estrutura administrativa, o CREMESE é constituído pela Assembleia Geral, composta por todos os médicos inscritos que estejam no pleno gozo de seus direitos.

Ambiente Externo

Em 2020, não houve um único evento no mundo que não tenha sido afetado, direta ou indiretamente, pela pandemia do novo coronavírus 2020. Ainda em 2019, no dia 31 de dezembro, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta para a doença, depois que autoridades chinesas notificaram diversos casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan/China. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS emitiu um novo alerta, dessa vez de emergência de saúde internacional. Em março, a doença foi classificada como pandemia e por todo o planeta, grandes e pequenas cidades foram fortemente impactadas e algumas sofreram com estritas políticas de quarentena e isolamento social. Além do impacto social, economia, educação e na saúde, a pandemia interferiu diretamente nas atividades do Conselho: os prazos processuais foram suspensos, antecipação de formatura para atender à demanda, sessões ordinárias, audiências, fiscalizações de rotina e reuniões administrativas foram suspensas, o projeto de fiscalização foi suspenso até a obtenção de do plano de contingenciamento e segurança dos fiscais, contratações de médicos fiscais para suprir a demanda de fiscalizações, adequação do projeto de Educação Médica Continuada para o formato digital, redução do horário de atendimento (somente com agendamento), adoção de home Office, redução da arrecadação e cobrança, novas aquisição e contratações não previstas para atender à situação.

O ano passado vai ficar na história, não há dúvidas. A pandemia COVID-19 veio mostrar para todos nós, e em especial o mundo corporativo, o quanto é preciso ser adaptável e resiliente para sobreviver.



Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)

O nosso modelo de negócios é a representação de como a instituição gera e entrega valor, por meios das nossas atividades, a fim de cumprir nossos objetivos estratégicos para os seus profissionais (internos e externos), empresas e sociedade em geral.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O Planejamento Organizacional 2020 foi elaborado a partir da análise dos resultados finais ou parciais obtidos nos projetos contidos no plano de ações 2019, das orientações recebidas do CFM, das recomendações e deliberações do Plenário e da Diretoria do CRM/SE.

A nossa missão será concretizada por meio da execução das ações propostas, derivadas das diretrizes e prioridades estabelecidas. Diante dos recursos humanos e orçamentários disponíveis, a gestão da entidade optou pela estratégia de execução de modo progressivo e seletivo, em médio e longo prazo, para a realização dos objetivos estabelecidos.



Estrutura de Governança

O CREMESE é um órgão colegiado composto por 40 conselheiros eleitos entre médicos do estado de Sergipe e dois indicados pela Associação Brasileira de Medicina/AMB, totalizando 42 membros, com mandato de cinco anos de representação. Para a consecução de seus objetivos, o Conselho é dividido em Assembleia Geral, Plenária, Diretoria, Corregedoria, Departamento de Fiscalização, Comissão de Tomada de Contas, Outras Comissões, Câmaras Técnicas e Serviços, conforme atribuições constantes no Regimento Interno de 2010.

A Alta Administração é composta pela Presidência e Diretoria, e suas competências estão listadas no art. 27 do Regimento Interno.

DIRETORIA 2020



Jivan Pinto Monteiro
Presidente



José Eduardo de Assis Silva
1º Secretário



José Servaldo Sampaio Nunes
1º Tesoureiro



Rika Kakuda da Costa
Vice-Presidente



Renato Amorim dos Santos
2º Secretário



Marcelo de Oliveira Ribeiro Paixão
2º Tesoureiro

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

PLENÁRIO

O Plenário é o órgão decisório criado pela Lei 3.268/57 para análise de assuntos relacionados às competências do Conselho regional, compondo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição. É a instância máxima do Conselho, sendo constituído pelo Presidente e por 94 conselheiros titulares e respectivos suplentes.

DIRETORIA

A Diretoria é o órgão executivo da estrutura básica que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas.

PRESIDÊNCIA

A presidência é o órgão executivo máximo da estrutura básica que tem por finalidade dirigir o CREMSE e cumprir e fazer cumprir as decisões da diretoria e do Plenário.

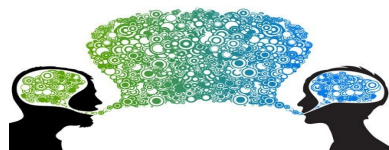
CUSTO DA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHEIROS

Em virtude dos cargos de conselheiros e dirigentes dos Conselhos Profissionais serem honoríficos, não ensejando remuneração pelos serviços dedicados e para o cumprimento de sua missão institucional, o CREMSE dispõe de 38 Conselheiros atuantes em Aracaju/SE. Quando convocados para participar de reuniões plenárias,

REUNIÕES	CUSTO (R\$)
13 JULGAMENTOS	113.100,00
13 PLENÁRIAS	
13 DIRETORIAS	
6 RQE	
8 CODAME	
DIÁRIAS	R\$
3 REUNIÕES E EVENTOS	3.745,00
7 FISCALIZAÇÕES	
AUXÍLIOS REPRESENTAÇÃO	R\$
23 FISCALIZAÇÕES	5.750,00

de diretoria, julgamentos, sindicâncias, comissões e eventos diversos, os Conselheiros recebem verbas de caráter indenizatório (diárias, jetons e auxílios representação), conforme os procedimentos e valores fixados pela Resolução CREMSE nº 03/2017.

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas



O CREMSE disponibiliza canais gratuitos de atendimento ao cidadão e através destes recebe os mais diversos tipos de informações, sugestões, críticas, reclamações e documentos dos seus usuários.

Central de Atendimento Telefônico e ramais: todos os setores e servidores possuem sua linha telefônica para fins de orientação e esclarecimentos sobre os diversos assuntos. Apenas informações sobre processos ético-profissionais, por serem sigilosos, não podem ser divulgadas, ou seja, somente as partes envolvidas e de forma presencial, podem solicitá-las.

Horário de Atendimento: de segunda a sexta-feira, das 07h às 17h ininterruptamente. Telefone: (79)3212-0700 e ramais elencados no site.

Atendimento Presencial: Além do atendimento telefônico, o CREMSE disponibiliza o atendimento presencial, mediante senha, ou por correspondência.

Portal CREMSE: O CRM/SE disponibiliza seu site (www.cremese.org.br) – disponível 24h, que dispõe de todas as informações sobre os serviços prestados, emissão de documentos e boletos de pagamento, atualização de endereços, informações da área médica, eventos, entre outras.

Contatos eletrônicos (e-mail): Os e-mails são divulgados via site visando diminuir a distância entre o cidadão e os serviços prestados.

Portal da Transparência: O Portal da Transparência é o link constante no site do CREMSE onde são divulgadas diversas informações e a utilização dos recursos públicos arrecadados.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão: Canal onde são divulgadas as informações pertinentes ao seu funcionamento, localização e dados de contato, bem como os relatórios sobre a Lei de Acesso a Informação.

2020: 03 solicitações enviadas/03 solicitações atendidas



Redes Sociais: Instagram - @crm.se

As principais ações do Conselho (realização de cursos, comunicados, notas de esclarecimentos, entre outros) são divulgadas através das Redes Sociais, Site da Instituição e o e-mail Marketing.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos é fundamental para a entrega dos resultados da Entidade de uma forma mais segura. Objetiva avaliar a execução ética das atividades exercidas no âmbito interno e externo, bem como a segurança de forma econômica, eficiente e eficaz das operações financeiras, buscando a proteção do patrimônio. No CREMESE, a avaliação de riscos e de controles internos das operações ocorre sistematicamente em etapas: mensalmente pela Comissão de Tomada de Contas e pelo Plenário, anualmente pela Auditoria do Conselho Federal de Medicina e a qualquer momento, em todas as fases dos processos, pelos setores (jurídico, contábil e financeiro, judicante, fiscalizatório, cartorial, administrativo, recursos humanos etc.), em virtude de mudanças na legislação e regulamentos aplicáveis às suas atividades. Em caso de apontamentos de eventuais falhas e/ou oportunidades de melhorias, essas serão tratadas de forma imediata pelos gestores, no sentido de acionar a melhor forma de correção e a melhor aplicação dos recursos públicos.

Atualmente no CREMESE, pela ausência do Planejamento Estratégico, a Gestão de riscos é conduzida de forma descentralizada pelas diferentes áreas, os principais riscos levantados são:

RISCOS	CONSEQUÊNCIAS	AÇÕES
Desatualização do Manual de Procedimentos (internos e externos)	Falta de orientação adequada	Fornecer cursos internos para reciclagem Atualização do Regimento Interno e Instruções Normativas através de Comissões
Desaparelhamento de pessoal	Dificuldade no atendimento das demandas e descumprimento de atividades em tempo hábil Sobrecarga de trabalho	Constituição de Comissões e realocação de mão-de-obra Realização de concurso público para contratação de servidores
Falha no controle de prazos	Impactos negativos de ordem financeira e na reputação da Entidade	Implantação de ferramentas de controle Capacitação e atualização profissional
Desatualização de Estrutura (tecnológica e de segurança)	Perda de dados por atuação de hackers Insatisfação dos usuários dos serviços	Implantação de serviços via web e novos sistemas eletrônicos Aquisição de softwares
Falta de comunicação entre setores	Descentralização de resultados	Criação de Políticas de Comunicação e realização de reuniões frequentes

Atuação da unidade de auditoria interna

O Setor de Controle Interno do CFM realiza auditorias anuais em todos os Regionais, no intuito de avaliar a adequação das operações e os controles internos utilizados no acompanhamento de suas atividades, bem como verificar a correta aplicação dos recursos financeiros e oferecer suporte técnico para o cumprimento das determinações legais e regimentais. As contas de 2020 não foram auditadas devido à Pandemia, até o momento está sem data remarcada. O CREMESE não possui Auditoria Independente.

Atuação da Comissão de Tomada de Contas (CTC)

A Comissão de Tomada de Contas é composta por 03 membros eleitos pelo Plenário, por período igual ao mandato da Diretoria. Suas competências estão elencadas no Regimento Interno do CREMESE e entre as atividades exercidas encontramos o acompanhamento da execução orçamentária e o exame da proposta orçamentária anual. Mensalmente, a Comissão emite relatório sobre as contas e submetem o resumo ao Plenário para aprovação.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

No âmbito administrativo, quando verificado qualquer ato ilícito ou indisciplinar cometido por colaboradores da entidade, é instaurado o processo administrativo disciplinar (PAD) para averiguação/investigação dos atos e apuração de responsabilidades com base nos fatos levantados nos processos administrativos oriundos da conduta funcional.

As situações identificadas são apuradas pela Comissão que realiza os trabalhos no prazo de 60 a 120 dias e ao final emite parecer e sugestão de encaminhamento à Diretoria e Plenária de acordo com os fatos levantados. Essa comissão é composta por um presidente e dois membros que podem ser substituídos a qualquer tempo, considerando o vínculo ou o interesse no processo em relação ao arrolado.

Em relação à Corregedoria, área responsável pelo recebimento de denúncias e consultas, a correição é realizada no início de cada ano, sendo analisadas as Sindicâncias e os Processos por ordem cronológica, observando o prazo prescricional e o tempo de tramitação dos mesmos, a fim de evitar possível prescrição por cinco anos ou por paralisação há mais de três anos. O sistema de informação dos dados (SIEM/SAS) é devidamente alimentado quanto às Sindicâncias e aos Processos.

RESULTADOS DA GESTÃO

Os conselhos profissionais de fiscalização foram criados com o dever legal de fiscalizar o exercício profissional, zelando pela preservação de dois aspectos fundamentais: ética e habilitação técnica para exercer as atividades, garantindo a qualidade de vida e saúde da sociedade.



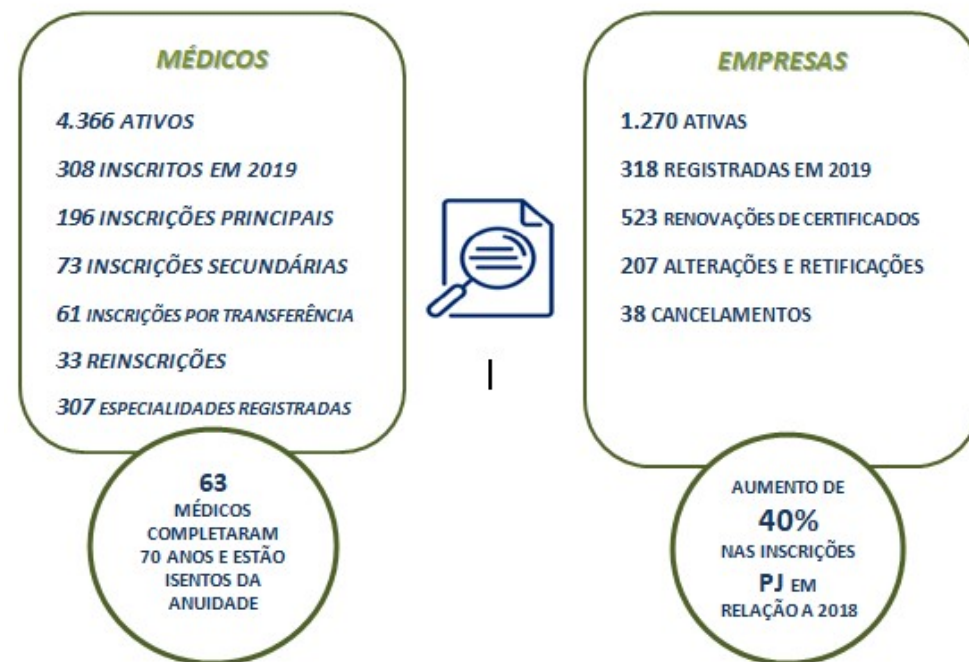
ATIVIDADES FINIS:

REGISTRO

REGISTRO DE PROFISSIONAIS – Área responsável pelo registro do médico e emissão do seu número de CRM. Além disso, é o setor responsável pela manutenção do banco de dados, registros das especialidades, emissão de certidões, documentos e segundas vias, inscrições por transferências ou secundárias de médicos originários de outros estados. O Registro Profissional é obrigatório e deve ser requisitado pelos profissionais diplomados no país e no exterior, desde que se submetam ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA).

REGISTRO E CADASTRO DE EMPRESAS – Área responsável pelo registro e cadastro das empresas e estabelecimentos médicos, manter atualizado o cadastro informatizado e de documentos relativos às pessoas jurídicas, comissões de ética médica, regimentos internos de corpo clínico. O Registro de Empresa é obrigatório e deve ser requisitado pelas empresas que desejam atuar no Estado de Sergipe. Os estabelecimentos hospitalares e de saúde mantidos

pela União, Estados e Municípios deverão se cadastrar no CRM de sua respectiva jurisdição.



ESPECIALIDADES MAIS REGISTRADAS EM 2019:

- ✓ **PEDIATRIA: 44**
- ✓ **CLÍNICA MÉDICA: 35**
- ✓ **CARDIOLOGIA: 25**
- ✓ **CIRURGIA GERAL: 25**
- ✓ **ANESTESIOLOGIA: 17**
- ✓ **MEDICINA DO TRABALHO 16**

FISCALIZAÇÃO

Área que tem a responsabilidade de observar se as atividades exercidas pelo profissional e estabelecimentos inscritos estão de acordo com as normas e condutas estabelecidas no Código de Ética e legislações pertinentes. O setor fiscalizador também age como avaliador de assuntos referentes à publicidade médica, visto que existe uma legislação específica para a construção de campanhas publicitárias. Para isso, foi criada a Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (CODAME), responsável em emitir pareceres, convocar médicos e pessoas jurídicas para esclarecimentos, rastrear anúncios que desobedeçam as normas legais e propor instauração de sindicância quando for detectada infração ao Código de Ética Médica.

Em 2020, o Setor de Fiscalização atendeu às solicitações do Ministério Público e de outros órgãos e deu continuidade à realização de levantamentos em grupos de instituições, além de revisão dos diversos roteiros para aprimoramento e/ou atualização dos mesmos conforme a legislação vigente. Devido à ausência de médico-fiscal no quadro, um por pedido de demissão em 2019 e outro afastado período eletivo, o CREMSE realizou contratações de médicos AD HOC para dar andamento aos trabalhos de fiscalização e atender à demanda, principalmente com o início da pandemia COVID-19.

ANO	DEMANDAS ABERTAS	TIPO PROATIVAS	TIPO REATIVAS	DEMANDAS ADMINISTRATIVAS	ORIENTAÇÕES (CODAME)
2019	556	518	38	462	28
2020	144	82	62	223	8

NOTIFICAÇÕES ENVIADAS	
2018	87

2019	293
2020	108

- As demandas proativas são ações oriundas de operações do CRM, demandas administrativas para liberação de registros definitivos e demandas buscativas para identificação de estabelecimentos que atuavam sem inscrição. Desse quantitativo, 09 demandas foram enviadas para a Corregedoria para abertura de sindicância, sendo 07 por atuação sem registro e 02 por falta ou abandono de plantão;
- As demandas reativas são oriundas de solicitações do Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunal de Justiça e outros.

PRINCIPAIS OBJETIVOS ALCANÇADOS

- Liberados 194 novos registros definitivos para estabelecimentos de saúde;
- A CODAME analisou 73 processos de publicidade de Pessoas Físicas e 18 Pessoas Jurídicas, sendo 02 enviadas para apuração de infração ao Código de Ética Médica;
- 29 cancelamentos de empresas;
- 06 diretorias clínicas homologadas;
- 03 novas comissões de ética.

VALORES APLICADOS NA FISCALIZAÇÃO EM 2020

DESPESAS	2020
Diárias	6.075,00
Pessoal, Encargos e Benefícios.	131.186,37
Seguro veículo	2.000,07

Auxílio Representação	5.750,00
Equipamentos	15.000,00
TOTAL	R\$160.011,44

SUPERVISÃO DA ÉTICA – ATIVIDADE JUDICANTE

SINDICÂNCIAS - Tem por atribuição receber as denúncias, as quais são autuadas e tem prosseguimento de acordo com o que determina o Código de Processo Ético Profissional e demais legislações em vigor, sendo realizados todos os atos processuais que se fizerem necessários.



DADOS E INDICADORES DE 2020

2020
✓ 24 sindicâncias julgadas: 15 PEP's instaurados e 09 arquivados;
✓ 08 processos-consulta instaurados;
✓ 13 processos-consulta aprovados;
✓ 05 PEP's julgados: 03 sanções aplicadas e 02 absolvições;
✓ Sanções aplicadas:
01 censura confidencial
01 advertência
01 censura pública

De acordo com o IDP – Índice de Desempenho de Processos (IDP= Número de PEP's julgados/Número de PEP's instaurados) utilizado pela Corregedoria do CFM e considerando que os valores quantitativos de referência são:

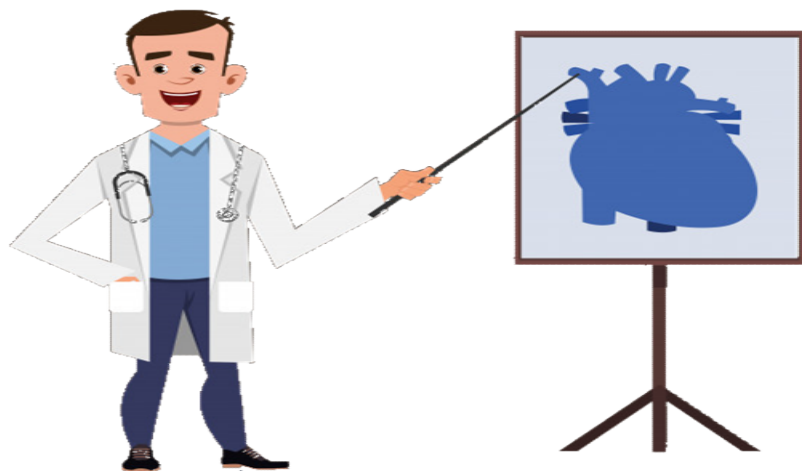
Excelente: > = 1; Bom: 0,75 – 0,99; **Regular: 0,51 – 0,74**; Péssimo: < = 0,50

CRM/SE

Considerando os dados obtidos até o ano de 2020, o IDP ficou em torno de: $IDP = 5/15 = 0,33$, alcançando o nível Péssimo. No entanto em decorrência da Pandemia COVID-19, foram realizados julgamentos somente até o dia 09/03/2020 decorrente da suspensão das atividades judicantes no período de 18/03/2020 a 15/09/2020.

EDUCAÇÃO MÉDICA CONTINUADA

A Educação Médica Continuada visa ministrar cursos de atualização profissional, educação preventiva e outros mecanismos de orientação visando à prevenção de erros médicos, propiciando mais segurança e eficácia na atuação do profissional e na qualidade do atendimento aos pacientes. O projeto é de extrema importância, pois possibilita aos médicos o acesso a conteúdo científico atual, de forma gratuita e dinâmica. Trata-se de uma valiosa contribuição à classe médica, que democratiza o acesso ao conhecimento desenvolvido em centros de referência e beneficia diretamente a assistência à saúde da sociedade. Em 2020, o CREMESE realizou 28 módulos, sendo 08 presenciais e 20 de forma online (via Zoom), divididos por especialidades e temas diversos:



2020
✓ 11 módulos COVID;
✓ 45 temas abordados;
✓ 35 palestrantes convidados;
✓ 650 inscritos;
✓ 67 horas-aula ministradas;
✓ R\$28.438,23 de contrapartida do CFM.

O valor de R\$28.438,23 aplicados na Educação Médica Continuada refere-se somente à contrapartida do CFM, não incluindo nesses dados materiais de expediente e consumo, serviços gráficos, horas-extras de funcionários, auxílios-representação de Conselheiros, entre outras despesas efetuadas pelo CREMESE, porém não contabilizados e nem ressarcidos no Projeto com o Conselho Federal de Medicina.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Gestão Orçamentária e Financeira

O CREMESE elabora seu orçamento anualmente com base em Resoluções do CFM, e o submete à análise da Diretoria que delibera para aprovação do Plenário e, posteriormente, ao Conselho Federal. Para o exercício de 2020, o orçamento foi aprovado na Plenária de 29/10/2019, e aprovado na Plenária do CFM em 12/12/2019 – Resolução CFM nº 2.268/2019 e publicada no Diário Oficial da União em 18/12/2019, Seção I, p.173.

ORIGEM DAS RECEITAS


O CREMESE não recebe repasses da União e os nossos recursos são provenientes da arrecadação das anuidades, multas e serviços, composta basicamente por Receitas Correntes (de Contribuições, Patrimoniais, de Serviços, Transferências e Outras Receitas Correntes) e Receitas de Capital (Operações de Crédito, Alienação de Bens, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital).

As Receitas de Contribuições são classificadas em Anuidades de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas e correspondem a 73% da arrecadação do Conselho. Essa cobrança, disposto no artigo 149 da Constituição Federal de 1988, foi regulamentada pelo art. 16 da Lei 3.268/57, e seus valores fixados pela Lei 12.514/11 e Resolução 2231/2019 do CFM.

REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2020

As reformulações orçamentárias são autorizadas por Resolução e devem ser aprovadas em Plenário. Em 2020, foi realizada uma reformulação orçamentária, para suplementação do orçamento com parte do superávit do ano de 2019 e anulação.

ORÇAMENTO INICIAL	REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1	ORÇAMENTO FINAL
R\$ 6.262.110,00	R\$ 527.403,98	R\$ 6.789.513,98

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Grupos	Execução	% Var Orçamento
 R\$ 6.789.514,98	Receitas Arrecadadas	(1)	5.490.296,28 80,86%
	Despesas Empenhadas	(2)	5.178.519,28 76,27%
	Despesas Liquidadas	(3)	4.274.902,80 62,96%
	Despesas Pagas	(4)	4.246.326,21 62,54%
	VARIAÇÃO: Empenhada	(1-2)	311.777,00 4,59%
VARIAÇÃO: Liquidada	(1-3)	1.215.393,48 17,90%	
VARIAÇÃO: Paga	(1-4)	1.243.970,07 18,32%	

Comparativo de Arrecadação 2019 x 2020:

COMPARATIVO DA RECEITA	2019	2020
CONTRIBUIÇÕES	3.798.065,67	4.023.202,99
PATRIMONIAIS	43.869,01	14.039,13
SERVIÇOS	635.106,00	553.911,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	639.398,21	690.983,26

RELATO INTEGRADO 2020

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	146.499,35	208.159,79
CAPITAL	415.000,00	0,00
RECEITA REALIZADA	5.677.938,24	5.490.296,28

Fonte de recursos:

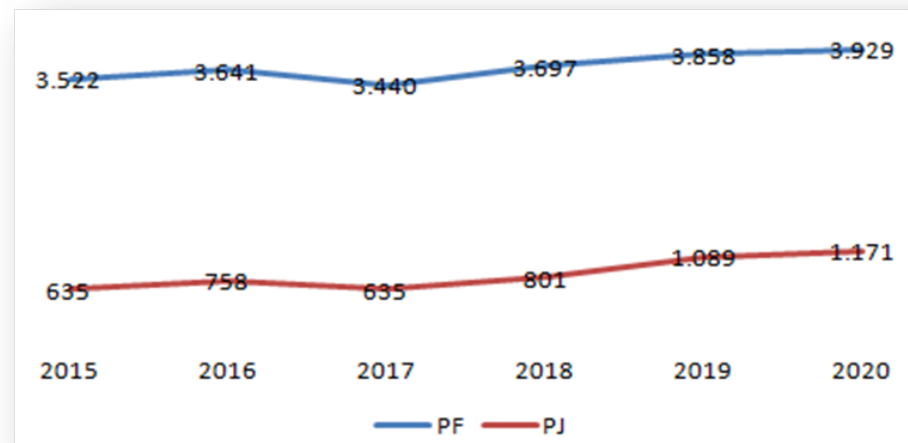
Ano	Próprios	Terceiros
2019	81%	19%
2020	87%	13%

2019	2020	Variação %
Receita Corrente Orçada 5.653.744,47	Receita Corrente Orçada 6.172.110,00	9%
Receita Capital Orçada 1.311.000,00	Receita Capital Orçada 617.403,98	-53%
RECEITA PREVISTA 6.964.744,47	RECEITA PREVISTA 6.789.513,98	-2,52%
Receita Corrente Realizada 5.262.938,24	Receita Corrente Realizada 5.490.296,28	4%
Receita Capital Realizada 415.000,00	Receita Capital Realizada 0,00	-100%
RECEITA REALIZADA 5.677.938,24	RECEITA REALIZADA 5.490.296,28	-3%

Podemos observar no Comparativo acima que, houve uma queda de 3% da Receita em relação a 2019, porém a redução foi motivada pela paralisação da obra de

reforma e ampliação da Sede e, conseqüentemente, dos repasses do CFM, como se pode observar em Despesas de Capital, cujo valor zerado foi devido à ausência de repasses no período. A licitação para contratação de nova empresa foi realizada no final de 2020.

Evolução dos pagantes:



A receita do CREMSE apresenta constante evolução nos últimos anos, tendo como principais fatores: o crescimento contínuo do número de médicos e de empresas médicas registradas, o reajuste anual aplicado às anuidades e às taxas de serviços, do crescimento das escolas médicas e turmas formadas, das cobranças administrativas e a eficiência da fiscalização, ensejando na redução do índice de inadimplentes.

Inadimplência:

ANO	PF		PJ	
	CRM/SE	Média Nacional	CRM/SE	Média Nacional
2019	4,44%	7,74%	10,90%	14,35%
2020	14,68%	15,49%	20,90%	19,37%

Renúncia de Receita:

Tipo	2019		2020	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Médicos Jubilados	335	258.620,00	400	308.800,00
Anistia/Remissão	77	2.928,51	13	3.564,18
1ª Inscrição	196	27.425,00	277	51.801,20
Desc. Pag. Antecipado	1.707	65.531,32	1523	58.363,24
Desc. P. Jurídica	02	600,00	03	1.852,80
TOTAL		355.104,83		424.381,42

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 14, § 1º, a renúncia de receitas “compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado”.

O Tribunal de Contas da União tem a competência para fiscalizar as renúncias de receitas com base no art. 70 da Constituição Federal, disciplinada no art. 1º, § 1º, da

Lei 8.443/1992. De acordo com esse dispositivo, o TCU, no julgamento das contas e na fiscalização que lhe compete, decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

Os conselhos de medicina precisam demonstrar que as renúncias não afetarão as metas de resultados previstas na Previsão Orçamentária. Os descontos, anistias e isenções estão determinados na Resolução CFM nº 2231/2019.

DESPESAS

EXECUÇÃO DAS DESPESAS EM 2020:

As despesas do CREMSE são formadas pelos grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital. O desempenho orçamentário e financeiro é acompanhado mensalmente pelas Comissões de Tomada de Contas e os balancetes apresentados e analisados pelo Pleno, sendo todas as variações e possíveis desencaixes ocasionados por contingências, ajustados tempestivamente visando à saúde financeira da entidade.

COMPARATIVO DA DESPESA	2019	2020	Evolução (%) 2019 X 2020
DESPESA CORRENTE	4.063.343,23	4.144.119,40	2%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.417.688,92	1.663.114,92	17%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.645.654,31	2.481.004,48	-6%
DESPESA DE CAPITAL	96.883,88	102.206,81	5%
INVESTIMENTOS	96.883,88	102.206,81	5%
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	-

DESPESA EXECUTADA	4.160.227,11	4.246.326,21	2%
--------------------------	---------------------	---------------------	-----------

Com relação à evolução das despesas, o acréscimo das despesas correntes de 2019 em relação a 2020, justifica-se pelo aumento do quadro de funcionários, aplicação do reajuste salarial e promoções por mérito, além da expansão das atividades e investimentos em projetos e reajustes contratuais. Houve redução nas despesas com passagens aéreas e diárias motivadas pela pandemia COVID-19.

ANO	DESPESA ORÇADA	DESPESA EXECUTADA	%
2019	6.964.744,47	4.160.227,11	60%
2020	6.789.513,98	4.246.326,21	63%

O aumento da arrecadação também impacta no aumento das despesas, tanto na elevação do montante transferido ao CFM a título de cota parte, como nas despesas de serviços bancários, pelo maior número de boletos de cobrança emitidos.

COBRANÇA

O Setor de Cobrança é a área responsável pelas cobranças administrativas das anuidades devidas pelos profissionais e empresas inscritas. Além disso, analisa e executa os pedidos de parcelamento e remissões de débitos.

PARCELAMENTO DE DÉBITOS

É permitido o parcelamento de débitos em aberto em até 12 parcelas, conforme determinação da Resolução de Anuidade do CFM. Em 2020, foi permitido o

parcelamento via cartão de crédito, porém o site. Ano passado, levantamos os seguintes dados:

MODALIDADE	TIPOS DE PARCELAMENTO	QUANT. DE ATENDIMENTOS	% DE INADIMPLÊNCIA
BOLETO BANCÁRIO	Parcelamento de anuidades anteriores- Pessoa Física	21	42,86
	Parcelamento de anuidades anteriores - Pessoa Jurídica	14	28,57
	Parcelamento da anuidade de 2020 - Pessoa Física	194	6,70
	Parcelamento da anuidade de 2020 - Pessoa Jurídica	137	5,84
CARTÃO DE CRÉDITO	Parcelamento de anuidades anteriores- Pessoa Física	2*	
	Parcelamento de anuidades anteriores - Pessoa Jurídica	2*	
	Parcelamento da anuidade de 2020 - Pessoa Física	39*	
	Parcelamento da anuidade de 2020 - Pessoa Jurídica	16*	
	SOLICITAÇÕES DE ANISTIA DE MULTA E JUROS (Circular CFM Nº 062/2020)	152	

*Acreditamos que devido a pandemia da COVID-19 os médicos preferiram solicitar o parcelamento através de e-mail (com pagamento por boleto bancário), já que para o parcelamento com cartão é necessário o comparecimento a instituição.



O oferecimento da possibilidade de parcelamento de débitos em cartão de crédito a partir de 2020 e, posteriormente através do site da instituição, além de realizar campanhas para regularização de débitos com divulgação nas redes sociais e no site da instituição, poderá contribuir positivamente na redução dos índices de inadimplência da entidade.

GESTÃO DE PESSOAS

O recrutamento externo para quadro próprio do CREMESE é obtido por meio de concurso em perfis de competências (art. 37, II, CF), e o contrato é firmado com base no Decreto-Lei nº 5.452/1943, Consolidação das Leis do Trabalho;

O recrutamento externo relativos a cargos de livre provimento de natureza técnica ou gerencial tem seus perfis de competências instituídos por meio de resolução, e o contrato é firmado com base no Decreto-Lei nº 5.452/1943, Consolidação das Leis do Trabalho.

A Resolução 04/2019, institui e regulamenta, no âmbito do CREMESE, os cargos de:

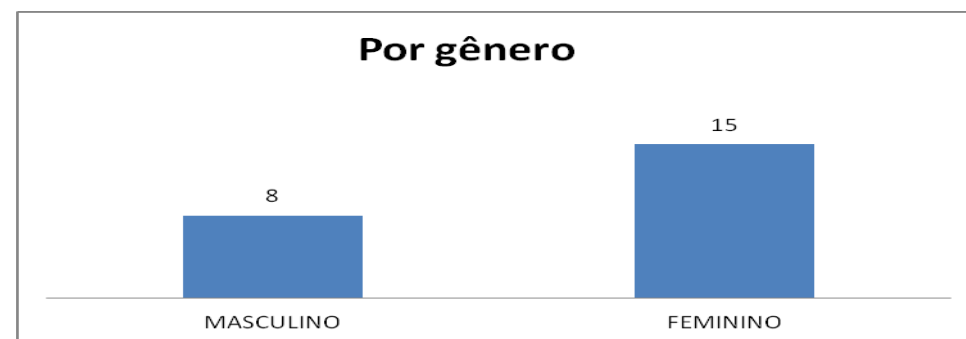
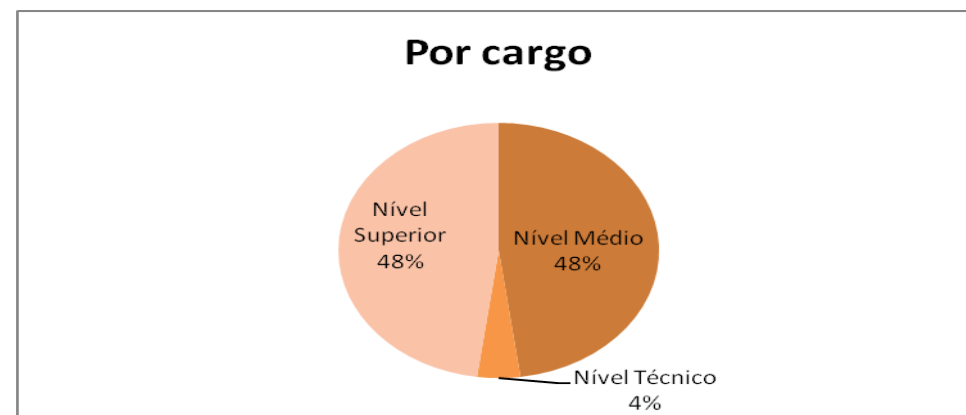
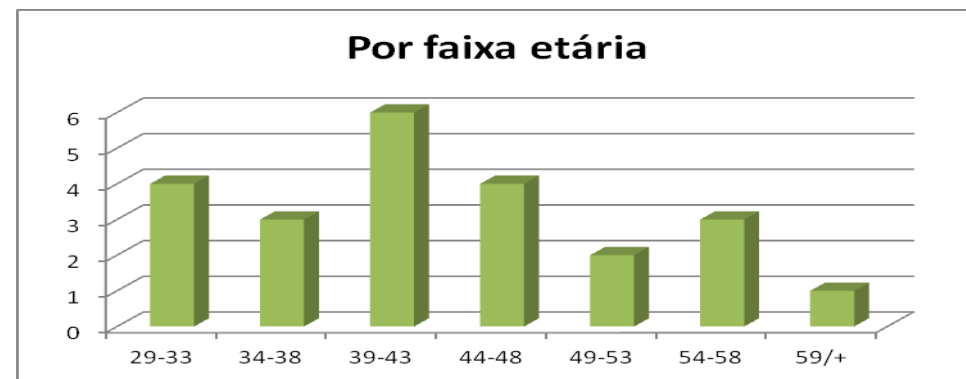
- 1) Coordenador de Gabinete da Presidência;
- 2) Coordenador de Gestão, Orçamento e Finanças;
- 3) Assessor de Comunicação/Imprensa;
- 4) Assessor Técnico de Obras e Projetos.

O recrutamento interno tem seus perfis de competências instituídos por meio de resolução, a exemplo da Resolução 15/2020, que institui e regulamenta, no âmbito do CREMESE, as seguintes funções gratificadas:

- 1) Coordenador Administrativo;
- 2) Chefe do Setor de Tecnologia da Informação;
- 3) Chefe do Departamento de Fiscalização;
- 4) Chefe do Registro Médico;
- 5) Chefe do Setor Jurídico.

Nosso quadro de pessoal em 2020 foi composto por 23 cargos, sendo um cargo de fiscal médico em suspensão por mandato eletivo e um cargo de auxiliar administrativo em afastamento por auxílio doença. Houve substituição na contratação do engenheiro fiscal.

PERFIL DOS COLABORADORES



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL

Considerando os últimos anos, o acréscimo na despesa com pessoal se deu preponderantemente em função de reajuste de 4,48%, correspondente ao INPC acumulado nos últimos 12 meses, acrescidos de ganho real de 2,94%, total de reajuste 7,42%. Além da implantação de gratificações de chefias de setores (fiscalização, registro, jurídico e informática), e da conclusão do processo de equiparação de salários no setor jurídico para a função assessor jurídico/advogado.

TIPO EVENTO	2018	2019	2020	TOTAL
Provento	R\$ 975.936,39	R\$ 1.098.599,80	1.268.508,96	3.343.045,15
Desconto	R\$ 308.712,62	R\$ 360.467,65	439.525,73	1.108.706,00
Líquido	R\$ 667.223,77	R\$ 738.132,15	828.983,23	2.234.339,15

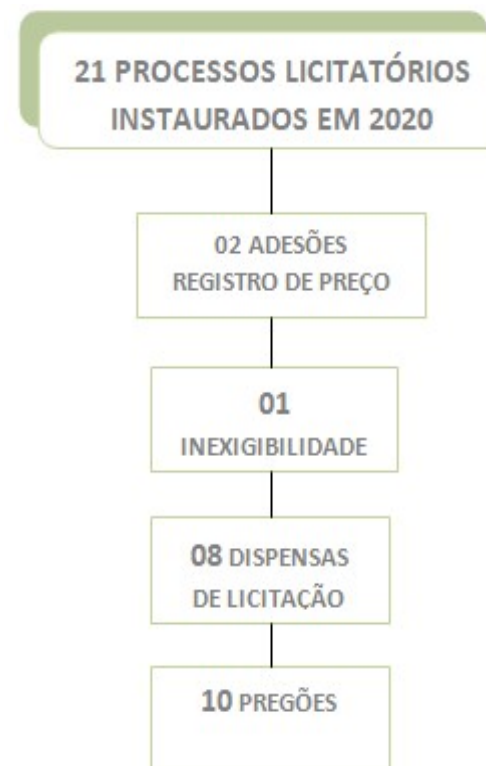
CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

O CREMSE não possui um programa de capacitação continuada, portanto as capacitações externas fornecidas estão ligadas diretamente ao desempenho de atividades em comissões específicas, às solicitações individuais e mudanças em legislação aplicada às rotinas de trabalho. Internamente são ministrados mini-cursos para atualização de manuais relacionados ao setor de inscrição. Os empregados também são incentivados a se especializarem por meio de cursos on-line.

MÊS	TEMA	SETOR	QTD PESSOAS	FORMA
Setembro/2020	Plataforma CRM Virtual	Diversos	06	Virtual
Out/2020	Previdência complementar	Sector de pessoal	01	Virtual

Nov/2020	Capacitação e atualização de pregoeiros	CPL	05	Virtual
Dez/2020	Relato Integrado para entidades públicas	Diversos	08	Virtual

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Os processos de dispensa de licitação com fulcro nos incisos II e XIII, art. 24, da Lei 8.666/93, tendo sido 07 processos de compras e serviços (inciso II) e 01 processo

de contratações de empresa brasileira para concurso público (inciso XIII). Foram contratados R\$887.711,96 em compras e serviços via pregão, conforme Lei nº 10.520/02). Houve 01 contratação por inexigibilidade (Correios) e 02 (duas) por adesão à Ata de Registro de Preço.



Ressaltamos que o CREMESE não possui um planejamento estratégico, que segundo o TCU – Tribunal de Contas da União consiste em: produzir objetivos estratégicos, que devem ser consubstanciados nos planos do órgão (plano estratégico com horizonte de vários anos e planos operacionais com horizonte de um ano).

Portanto, planejamento é o processo de trabalho e os planos são os produtos desse processo. A partir dos objetivos estratégicos estabelecidos nos planos do órgão ou ente, as diversas áreas devem partir para o planejamento dos objetivos do órgão/ente, de forma que haja o alinhamento entre os planos setoriais com os do órgão/ente.

Assim, muitas das ações setoriais terão conexão direta com os objetivos definidos nos planos do órgão/ente. Entretanto, outras ações terão conexão

indireta com esses objetivos, especialmente aquelas ligadas à infraestrutura setorial. Ainda assim, essas conexões devem ser estabelecidas. Do contrário, o órgão/ente corre o risco de não executar ações para que o órgão/ente progrida. Se após um período de tempo (e.g. cinco anos), os indicadores de desempenho de negócio não sinalizarem melhorias do cumprimento da missão do órgão/ente, provavelmente os recursos gastos neste período não terão sido investidos em ações de melhoria do negócio, mas somente na melhoria dos instrumentos de áreas isoladas. Por exemplo, a rede de computadores pode ter ficado mais rápida e novos sistemas podem ter sido desenvolvidos, mas essas ações provavelmente não fizeram com que as atividades do órgão/ente tenham sido executadas com mais eficiência ou com melhor qualidade.

Em 2020 as contratações mais relevantes estiveram ligadas à aquisição de equipamentos e serviços intimamente ligados ao setor de TI.

- **Principais desafios**

O desafio em relação às compras é elaborar plano de contratações anual com todos os seus elementos para que as aquisições sejam feitas de forma racional, e dentro do prazo necessário. Para que isso ocorra é necessário fazer com que todos os servidores compreendam que o processo de contratação/suprimento de insumos e serviços não é tarefa única da comissão de licitação, pelo contrário, todos os setores têm obrigação de fazer levantamentos de suas necessidades, buscando adquirir o objeto ou serviço, fazendo com antecedência os estudos e delineando o objeto de forma que este resulte, ao final, em uma contratação satisfatória.

A nova lei de licitações e contratos, Lei nº 14.133/2021, como nova ferramenta de trabalho, será um fator a mais de adaptação não somente aos setores de aquisição/contratação, mas a todos os envolvidos diretamente nestes processos. O investimento em cursos será fundamental para qualificar estes agentes públicos.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Tecnologia da Informação no CREMESE fica a cargo do Setor de Tecnologia da Informação (STI), que é responsável por inovar, aprimorar,

programar e gerenciar sistemas informatizados e cuidar para que esses sistemas sejam seguros e amigáveis para os usuários. Definir estratégias de uso dos recursos de informática para garantir o melhor desempenho de cada setor, além de diagnosticar disfunções do sistema, solucionar problemas de rede e escolher os projetos de informática a serem adotados.

Recursos aplicados em T.I.

Serviço	Valor
Serviço de Internet (<i>link</i>)	R\$11.480,00
Aquisição de Software	R\$2.806,18
Locação de equipamentos	R\$7.150,00
Equipamentos	R\$71.597,21
Manutenção de Sistemas	R\$45.655,75
Total	R\$ 138.689,14

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

A aquisição de acesso dedicado à Internet fez-se necessária para garantir a disponibilidade, a confiabilidade e a manutenção dos serviços prestados pela Autarquia, além de permitir a comunicação de dados com o meio externo. A disponibilidade de acesso a serviços e aplicações por meio da Internet com velocidade adequada, para atender o aumento do tráfego em decorrência do aumento de serviços remotos, tem se tornado estratégico.

SISTEMAS UTILIZADOS

Sistema	CR-Virtual
Objetivo:	Controle das fiscalizações executadas pelo CREMESE
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Controle das fiscalizações realizadas alimentando o banco de dados de nacional de fiscalização.
Informações Adicionais	Sistema contratado pelo CFM e fornecido ao CREMESE.

Sistema	Sistema de Folha de Pagamento
Objetivo:	Controle e processamento da Folha de Pagamento da instituição
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Controle dos Servidores em todos os estágios legais e gerenciais, documento de emissão obrigatória para efeito de pagamento de pessoal, de fiscalização trabalhista e previdenciária.
Informações Adicionais	Fornecido pela empresa DIRETRIZ

Sistema	GLPI
Objetivo:	Gestão de ativos e <i>Help Desk</i>
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Média
Principais funções	Criação de uma base de dados com histórico de atendimentos realizados, evitando perda de informação; supervisionar tarefas delegadas e controlar prazos de execução.
Informações Adicionais	Sistema <i>Open-Source</i> Implementado pela TI do CREMESE

Sistema	NovoSGA
Objetivo:	Gestão de Gerenciamento de Atendimento
Responsável Técnico	Setor de TI

Criticidade	Alta
Principais funções	Oferece o controle de filas de atendimento através de emissão de senhas e chamada das mesmas através de painéis, apresenta uma série de recursos que auxiliam na gerência e administração das unidades de atendimento.
Informações Adicionais	Sistema <i>Open Source</i> implementado pela TI do CREMSE

Sistema	Ponto ALL
Objetivo:	Controle de Ponto
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Gerenciamento de controle de ponto
Informações Adicionais	Sistema fornecido pela empresa Henry

Sistema	Sistema de Gestão Integrada
Objetivo:	Registro integrado das informações financeiras, contábeis, diárias, passagens, almoxarifado, patrimônio e portal da transparência
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Registro contábil, controle da execução orçamentária, controle e realização de todos os pagamentos, controle do almoxarifado, controle dos bens patrimoniais e geração de depreciação e amortização pertinentes aos bens registrados, registro: das passagens, das diárias e dos Jetons e publicações no portal da Transparência.
Informações Adicionais	Sistema fornecido pela empresa Implanta Informática

Sistema	SIEM – Sistema Integrado dos Conselhos de Medicina
Objetivo:	Cadastro dos médicos, das empresas médicas, do controle de documentos, do cadastro de sindicâncias, processos éticos, processos administrativos e cadastro da arrecadação e da dívida ativa.
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Banco de dado com informações sobre os médicos e as empresas médicas do estado de Sergipe

Informações Adicionais	Sistema Desenvolvido pelo CFM
------------------------	-------------------------------

Sistema	Carteira Nacional do Médicos
Objetivo:	Gerar a carteira Nacional dos médicos
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Captura dos dados biométricos dos médicos, solicitar a emissão da carteira Nacional dos Médicos e fornecer esta carteira, possui interação com o sistema de Cadastro dos médicos do SIEM
Informações Adicionais	Sistema Desenvolvido pelo CFM

Ações de Desenvolvimento

- Sistema de Gerenciamento de Eventos – SGE;
- Sistema destinado ao recebimento e validação de Dados Estatísticos;
- Sistema de registro das entrevistas da Pesquisa de Satisfação dos Médicos;
- Gestão de Demandas de Sistemas;

Ações de Infraestrutura em TI

- Reestruturação dos Serviços de Armazenamento de Arquivos – DFS;
- Aquisição de servidores para processamento e armazenamento;
- Wifi cooperativo;
- Assinatura digital de documentos e e-mails;
- Solução de Backup (ampliar);
- Aquisição de Desktops e Notebooks;
- Novos ativos de Rede;
- Aquisição de *Storage*;

Ações de Aquisição de Soluções de TI

- Reformulação do Portal de Serviços;
- Software de edição de imagens;
- Sistema de Gestão de Processos;
- Aquisição do Adobe Acrobat X Pro;
- Demais Softwares necessários às Atividades;
- Regularizar e Adquirir licenças dos softwares em produção.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	3.816.643,33	3.089.943,71	PASSIVO CIRCULANTE	251.359,56	319.483,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.056.555,79	1.993.231,60	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.800,02	177,09
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	738.084,87	1.078.320,40	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	28.576,58	129.007,28
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	43,99	41,32
ESTOQUES	22.002,67	18.391,71	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	416,19	1.380,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	133.855,70	124.484,95
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	85.667,08	64.392,29
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.486.576,10	4.071.440,34	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	84.440,26	75.198,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	9.241,46	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	9.241,46	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	75.198,80	75.198,80	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
IMOBILIZADO	4.402.135,84	3.996.241,54	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	2.018.798,15	1.480.609,27	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	4.714.716,33	4.699.706,33	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.331.378,64C	2.184.074,06C		0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	251.359,56	319.483,41

				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
				Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
				Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
				Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
				Demais Reservas	0,00	0,00
				Resultados Acumulados	8.051.859,87	6.841.900,64
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.051.859,87	6.841.900,64
TOTAL	8.303.219,43	7.161.384,05	TOTAL	8.303.219,43	7.161.384,05	
ATIVO FINANCEIRO	3.869.839,46	2.806.750,80	PASSIVO FINANCEIRO	1.563.813,22	1.395.435,45	
ATIVO PERMANENTE	4.433.379,97	4.354.633,25	PASSIVO PERMANENTE	133.855,70	124.484,95	
SALDO PATRIMONIAL				6.605.550,51	5.641.463,65	

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	2.306.026,24	1.411.315,35

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	6.172.110,00	6.172.110,00	5.490.296,28	-681.813,72
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.314.060,00	4.302.060,00	4.023.202,99	-278.857,01
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	4.314.060,00	4.302.060,00	4.023.202,99	-278.857,01
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	3.265.128,00	3.103.128,00	2.856.029,77	-247.098,23
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	1.048.932,00	1.198.932,00	1.167.173,22	-31.758,78
RECEITAS PATRIMONIAIS	37.000,00	37.000,00	14.039,13	-22.960,87
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	37.000,00	37.000,00	14.039,13	-22.960,87
RECEITAS DE SERVIÇOS	599.962,00	613.362,00	553.911,11	-59.450,89
SERVIÇOS FINANCEIROS	0,00	0,00	10,11	10,11
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	599.962,00	613.362,00	553.901,00	-59.461,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	971.088,00	971.088,00	690.983,26	-280.104,74
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	971.088,00	971.088,00	690.983,26	-280.104,74
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	971.088,00	971.088,00	690.983,26	-280.104,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.000,00	248.600,00	208.159,79	-40.440,21
MULTAS E JUROS DE MORA	175.000,00	173.600,00	151.727,46	-21.872,54
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	79.000,00	81.000,00	75.999,89	-5.000,11
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	16.000,00	27.600,00	26.003,84	-1.596,16
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	80.000,00	65.000,00	49.723,73	-15.276,27
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	75.000,00	75.000,00	56.432,33	-18.567,67

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		75.000,00	75.000,00	56.432,33	-18.567,67	
RECEITA DE CAPITAL		90.000,00	617.403,98	0,00	-617.403,98	
ALIENAÇÃO DE BENS		60.000,00	60.000,00	0,00	-60.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		30.000,00	30.000,00	0,00	-30.000,00	
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		30.000,00	30.000,00	0,00	-30.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM		30.000,00	30.000,00	0,00	-30.000,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	527.403,98	0,00	-527.403,98	
OUTRAS RECEITAS		0,00	527.403,98	0,00	-527.403,98	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		6.262.110,00	6.789.513,98	5.490.296,28	-1.299.217,70	
DÉFICIT		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		6.262.110,00	6.789.513,98	5.490.296,28	-1.299.217,70	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL	6.262.110,00	6.789.513,98	5.178.519,29	4.274.902,80	4.246.326,21	1.610.994,69
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	5.617.110,00	5.617.110,00	4.342.377,72	4.172.695,99	4.144.119,40	1.274.732,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.779.560,00	1.769.487,79	1.663.114,92	1.663.114,92	1.663.114,92	106.372,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.779.560,00	1.769.487,79	1.663.114,92	1.663.114,92	1.663.114,92	106.372,87
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.205.856,00	1.212.868,54	1.162.101,03	1.162.101,03	1.162.101,03	50.767,51
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	384.684,00	415.078,46	399.458,98	399.458,98	399.458,98	15.619,48
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	139.020,00	101.613,00	101.554,91	101.554,91	101.554,91	58,09
SENTENÇAS JUDICIAIS	50.000,00	39.927,79	0,00	0,00	0,00	39.927,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.837.550,00	3.847.622,21	2.679.262,80	2.509.581,07	2.481.004,48	1.168.359,41
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.544.815,50	1.544.815,50	1.440.994,66	1.440.994,66	1.440.994,66	103.820,84
CONTRIBUIÇÕES	1.544.815,50	1.544.815,50	1.440.994,66	1.440.994,66	1.440.994,66	103.820,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	2.292.734,50	2.302.806,71	1.238.268,14	1.068.586,41	1.040.009,82	1.064.538,57

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	35.000,00	35.000,00	7.285,00	7.285,00	7.285,00	27.715,00
MATERIAL DE CONSUMO	89.300,00	48.775,37	5.686,58	5.686,58	5.686,58	43.088,79
PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESPORT., E OUTRAS	10.000,00	21.130,00	11.130,00	11.130,00	11.130,00	10.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	105.600,00	105.600,00	10.147,92	10.147,92	10.147,92	95.452,08
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	484.000,00	485.500,00	167.452,86	165.946,92	144.437,93	318.047,14
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	414.000,00	414.000,00	344.338,80	244.092,25	244.092,25	69.661,20
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.115.034,50	1.155.146,78	680.602,07	612.672,83	605.813,66	474.544,71
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.300,00	2.300,00	1.383,99	1.383,99	1.383,99	916,01
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.854,56	1.854,56	1.854,56	1.854,56	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	37.500,00	33.500,00	8.386,36	8.386,36	8.177,93	25.113,64
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	645.000,00	1.172.403,98	836.141,57	102.206,81	102.206,81	336.262,41
INVESTIMENTOS	645.000,00	1.172.403,98	836.141,57	102.206,81	102.206,81	336.262,41
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	645.000,00	1.172.403,98	836.141,57	102.206,81	102.206,81	336.262,41
OBRAS E INSTALAÇÕES	210.000,00	557.403,98	468.467,48	15.010,00	15.010,00	88.936,50
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	435.000,00	615.000,00	367.674,09	87.196,81	87.196,81	247.325,91
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	6.262.110,00	6.789.513,98	5.178.519,29	4.274.902,80	4.246.326,21	1.610.994,69
SUPERÁVIT	0,00	0,00	311.776,99	0,00	0,00	311.776,99
TOTAL	6.262.110,00	6.789.513,98	5.490.296,28	4.274.902,80	4.246.326,21	1.299.217,70

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária	5.490.296,28	Despesa Orçamentária	5.178.519,29
RECEITA REALIZADA	5.490.296,28	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	903.616,49
RECEITA CORRENTE	5.490.296,28	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	28.576,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.023.202,99	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	4.246.326,21
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	4.023.202,99	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	4.144.119,40
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	2.856.029,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.663.114,92
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	1.167.173,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.663.114,92
RECEITAS PATRIMONIAIS	14.039,13	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.162.101,03
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	14.039,13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	399.458,98
RECEITAS DE SERVIÇOS	553.911,11	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	101.554,91
SERVIÇOS FINANCEIROS	10,11	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	553.901,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.481.004,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	690.983,26	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.440.994,66
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	690.983,26	CONTRIBUIÇÕES	1.440.994,66
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	690.983,26	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.040.009,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	208.159,79	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	7.285,00
MULTAS E JUROS DE MORA	151.727,46	MATERIAL DE CONSUMO	5.686,58
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	75.999,89	PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESPORT., E OUTRAS	11.130,00

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	26.003,84	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.147,92
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	49.723,73	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	144.437,93
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	56.432,33	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	244.092,25
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	56.432,33	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	605.813,66
RECEITA DE CAPITAL		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.383,99
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.854,56
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.177,93
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	102.206,81
		INVESTIMENTOS	102.206,81
		INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	102.206,81
		OBRAS E INSTALAÇÕES	15.010,00
		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	87.196,81
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Recebimentos Extraorçamentários	9.261.302,72	Pagamentos Extraorçamentários	8.499.927,01
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	903.616,49	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	543.817,50
Inscrição de Restos a Pagar Processados	28.576,59	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	232.480,14	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	225.323,17
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.096.629,50	Outros Pagamentos Extraorçamentários	7.730.786,34
Saldo em espécie do Exercício Anterior	2.083.482,73	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	3.156.635,43
Caixa e Equivalente de Caixa	1.993.231,60	Caixa e Equivalente de Caixa	3.056.555,79
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	90.251,13	Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	100.079,64
Total:	16.835.081,73		16.835.081,73

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Exercício Atual		Exercício Atual	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	5.635.331,75	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	4.425.372,52
CONTRIBUIÇÕES	4.035.608,80	PESSOAL E ENCARGOS	1.839.575,03
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	4.035.608,80	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.320.434,88
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	4.035.608,80	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	1.320.434,88
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	553.901,00	ENCARGOS PATRONAIS	352.050,79
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	553.901,00	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	270.667,87
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	553.901,00	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	81.382,92
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	169.320,95	BENEFICIOS A PESSOAL	167.089,36
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	10,11	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS	167.089,36
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	10,11	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.124.032,06
JUROS E ENCARGOS DE MORA	155.271,71	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	18.203,26
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	155.271,71	CONSUMO DE MATERIAL	18.203,26
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14.039,13	SERVICOS	958.071,97
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14.039,13	DIARIAS	13.295,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	690.983,26	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	190.205,16
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	690.983,26	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	754.571,81
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS - INTRA-CONSELHOS	690.983,26	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	147.756,83
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	6.786,73	DEPRECIACAO	147.756,83
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	6.786,73	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.383,99
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO	6.786,73	JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.383,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	178.731,01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	1.383,99
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	178.731,01	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.440.994,66
MULTAS ADMINISTRATIVAS	49.723,73	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.440.994,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	129.007,28	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO	1.440.994,66
		DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	3,00
		REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROVISAO PARA PERDAS	3,00
		REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	3,00
		OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19.383,78
		PREMIAÇÕES	11.130,00

Exercício Atual		Exercício Atual	
		OUTRAS PREMIACOES	11.130,00
		DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.253,78
		VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	8.253,78
Total das Variações Ativas :	5.635.331,75	Total das Variações Passivas :	4.425.372,52
RESULTADO PATRIMONIAL			
Déficit do Exercício		Superávit do Exercício	1.209.959,23
Total	5.635.331,75	Total	5.635.331,75

DFC – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	5.490.296,28	5.262.938,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.023.202,99	3.798.065,67
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	4.023.202,99	3.798.065,67
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	2.856.029,77	2.797.190,43
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	1.167.173,22	1.000.875,24
RECEITAS PATRIMONIAIS	14.039,13	43.869,01
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	14.039,13	43.869,01
RECEITAS DE SERVIÇOS	553.911,11	635.106,00
SERVIÇOS FINANCEIROS	10,11	0,16
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	553.901,00	635.105,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	690.983,26	639.398,21
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	690.983,26	639.398,21
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	690.983,26	639.398,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	208.159,79	146.499,35
MULTAS E JUROS DE MORA	151.727,46	146.499,35
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	75.999,89	90.321,12
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	26.003,84	0,00
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	49.723,73	56.178,23
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	56.432,33	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	56.432,33	0,00
OUTROS INGRESSOS	8.329.109,64	7.713.287,62
DESEMBOLSOS		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	4.144.119,40	4.063.343,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.663.114,92	1.417.688,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.663.114,92	1.417.688,92
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.162.101,03	893.259,94
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	399.458,98	362.345,03
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	101.554,91	150.296,56
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	0,00	11.787,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.481.004,48	2.645.654,31
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.440.994,66	1.340.160,79
CONTRIBUIÇÕES	1.440.994,66	1.340.160,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.040.009,82	1.305.493,52
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	7.285,00	22.545,00
MATERIAL DE CONSUMO	5.686,58	15.506,05
PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESPORT., E OUTRAS	11.130,00	0,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.147,92	60.448,46
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	144.437,93	400.450,27
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	244.092,25	260.842,45
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	605.813,66	537.281,76
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.383,99	1.166,57
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.854,56	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.177,93	7.252,96
OUTROS DESEMBOLSOS	8.509.755,52	7.936.724,64
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.165.531,00	976.157,99
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	415.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	415.000,00
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	0,00	415.000,00
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	102.206,81	96.883,88
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	102.206,81	96.883,88
OBRAS E INSTALAÇÕES	15.010,00	16.593,88
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	87.196,81	80.290,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-102.206,81	318.116,12
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.063.324,19	1.294.274,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.993.231,60	1.038.957,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	3.056.555,79	1.993.231,60

Notas Explicativas

CONTABILIDADE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe, através da sua contabilidade encontra-se com todos os registros de acordo com o Plano de Contas e Dispositivos da Legislação vigente, aplicáveis aos entes Fiscalizadores das Profissões regulamentadas e acobertados por parecer da Auditoria Interna do CFM – Conselho Federal de Medicina. A contabilidade do CREMESE mantém todos os lançamentos classificados e digitados em sistema próprio, com objetivo de gerar os relatórios: Balancetes, Balanços, Diário e Razão, devidamente arquivados.

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC T 16.1 a 16.10.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do exercício de 2020 foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/64, Decreto – Lei nº 6.976/09 e Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TSP, assim como, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TG16). As demonstrações contábeis compõem-se dos seguintes demonstrativos:

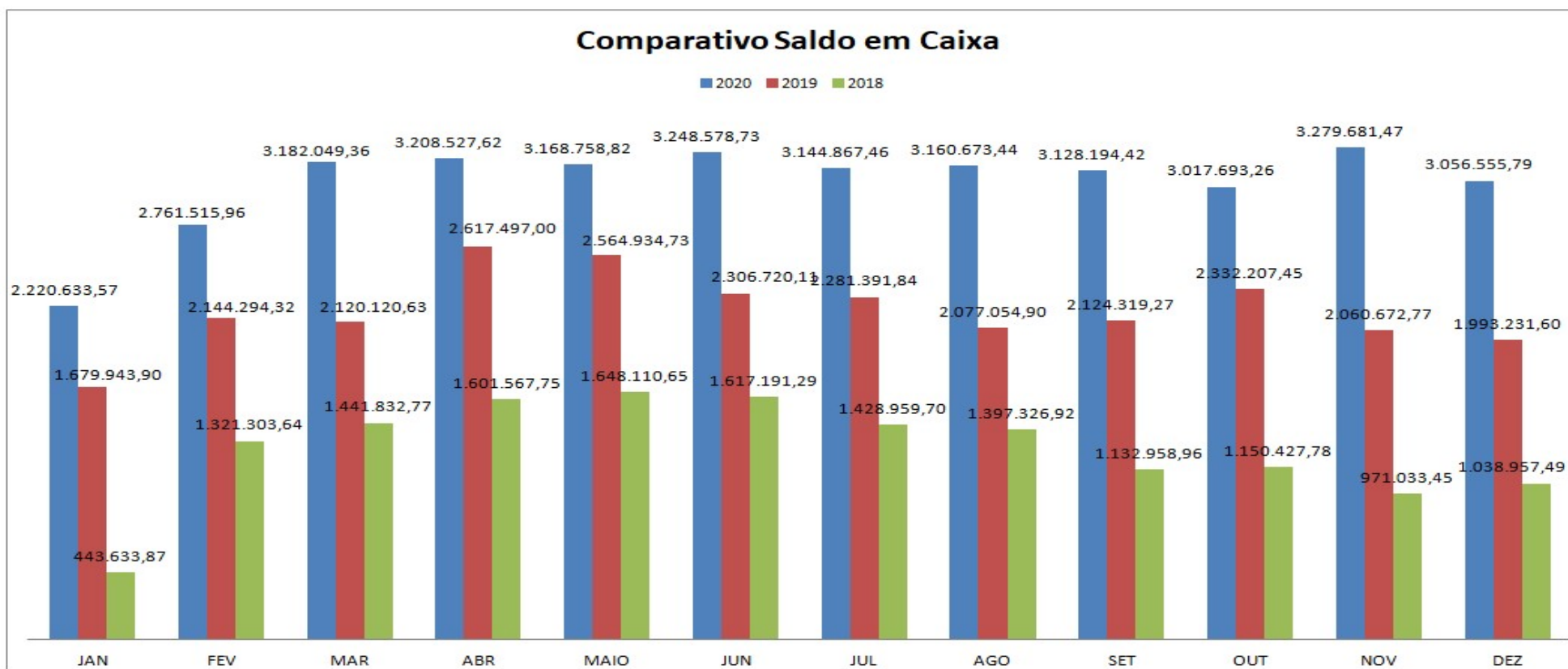
- **BALANÇO PATRIMONIAL:** demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações e o valor do patrimônio líquido na data do levantamento;
- **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:** indica o resultado orçamentário do exercício, confrontando as receitas e despesas previstas das realizadas;
- **BALANÇO FINANCEIRO:** apresenta as variações financeiras de entradas e saídas no exercício, levando-se em consideração os valores do balanço anterior com os do exercício encerrado;
- **DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA:** permite projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços;
- **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:** evidencia as alterações que ocorreram no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, sem afetar o patrimônio líquido e indica o resultado patrimonial do exercício.

DISPONIBILIDADES

	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
Banco Conta Movimento Aplicações Financeiras	3.056.555,79	1.993.231,60

As disponibilidades estão depositadas em sua totalidade no Banco do Brasil.

* aumento de 53% em relação ao ano anterior



DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
Demais créditos e valores em curto prazo	738.084,87	1.078.320,40

O grupo demais créditos e valores a curto prazo registra os adiantamento concedidos a convenientes decorrentes de convênios de transferência de recursos e depósitos judiciais restituíveis.

ESTOQUES

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição obedecendo ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especificamente NBC T n° 16.10.

DEMONSTRATIVO DA CONTA: ALMOXARIFADO				
MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				
SALDO ANTERIOR	R\$	R\$	R\$	SALDO ATUAL
31/12/19	AQUISIÇÕES (+)	BAIXAS (-)	ATUALIZAÇÕES (+)	31/12/20
34.519,35	40,80	12.557,48	0,00	22.002,67
TOTAL	40,80	12.557,48	0,00	22.002,67

CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Os créditos representam direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em tomada de contas especial, as quais foram objeto de análise pelo TCU (TC 010.523/2003-0), que julgaram as contas dos responsáveis como irregulares, com imposição de débito ao responsável.

BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E DEPRECIÇÃO

Os bens móveis e imóveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada.

(A) BENS MÓVEIS - MOVIMENTO DO EXERCÍCIO					
SALDO ANTERIOR	R\$	R\$	R\$	R\$	SALDO ATUAL
31/12/2019	AQUISIÇÕES (+)	BAIXAS /ALIENAÇÃO (-)	REAVALIAÇÕES (+)	DEPRECIÇÃO (-)	31/12/20
1.480.609,27	538.191,88	3,00		935.071,71	1.083.726,44

(B) BENS IMÓVEIS - MOVIMENTO DO EXERCÍCIO					
SALDO ANTERIOR	R\$	R\$	R\$	R\$	SALDO ATUAL
31/12/2019	AQUISIÇÕES (+)	BAIXAS /ALIENAÇÃO (-)	REAVALIAÇÕES (+)	DEPRECIÇÃO (-)	31/12/20
4.699.706,33	15.010,00			1.396.306,93	3.318.409,40
TOTAL (A + B)	6.733.514,48			(2.331.378,64)	4.402.135,84

Conforme Resolução CFM nº 2124/2015, que fixa as normas e procedimentos para controle, reavaliação, depreciação, amortização e inventário dos Bens Patrimoniais no âmbito dos Conselhos de Medicina, a estimativa da vida útil econômica do item do ativo é definida conforme o desgaste físico (pelo uso ou não), geração de benefícios futuros, limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo e obsolescência tecnológica e deve-se verificar o tempo pelo qual o ativo manterá a sua capacidade de gerar benefícios à entidade, aspectos técnicos referentes ao desgaste e obsolescência e as limitações temporais exigidas por lei ou contrato, cujo tempo de vida útil não pode ser superior a esse prazo. A metodologia utilizada foi normatizada pelo §2º do Art. 87 da Resolução CFM nº 2124/2015 estabelecendo o método de cotas constantes.

Bens Móveis	Vida Útil (Anos)	Taxas %
Mobiliário em Geral	10	10%
Veículos	05	20%
Máquinas e Aparelhos	10	10%
Equipamentos de Informática	05	20%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	05	20%
Outros Equipamentos	10	10%
Outros Materiais Permanentes	05	10%
Bens Imóveis	Vida Útil (Anos)	Taxas %
Edifícios	25	4%
Instalações	25	4%

Obrigações de Repartição a Outros Entes

A provisão da Cota Parte ao CFM é calculada de acordo com a Lei nº 3.268/57, onde determina que transfira ao CFM 33,33% da receita bruta das anuidades, multas e expedições de carteiras e cédulas.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Valor constituído do montante de anuidades recebidas a maior ou em duplicidade e arrecadação do exercício 2021 antecipada.

Apuração do Resultado

Na consecução de seus objetivos, o Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe realizou suas despesas durante o exercício de 2020, sem extrapolar os limites permitidos, demonstrando entre a arrecadação e despesas realizadas um resultado superavitário e os índices utilizados demonstraram resultado de sustentabilidade financeira possibilitando à organização efetuar investimentos.

SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário para conselhos de fiscalização profissional segue o descrito no art. 35 da Lei 4.320/64. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O CREMESE apurou no exercício de 2020 um superávit orçamentário de R\$311.776,99.

SUPERÁVIT FINANCEIRO

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício de 2020 e alteraram as disponibilidades do CREMESE. No Balanço Patrimonial, é possível identificar a apuração do resultado financeiro que resultou num superávit financeiro de R\$2.306.026,24.

Declaração do Contador



Em cumprimento ao que determinam as exigências legais, declaro que os demonstrativos contábeis, através dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Patrimonial, regidos pela Lei 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, relativos ao exercício de 2020, espelham com exatidão e transparência todas as transações realizadas no período.

Os lançamentos contábeis que deram origem as demonstrações e informações aqui apresentadas foram elaborados com amparo em documentações repassadas à contabilidade pelos setores do CRM/SE. Os demonstrativos contábeis estão publicados no site do Conselho no link Portal da Transparência.

Não temos conhecimento de fraude ou suspeita que afetem as demonstrações contábeis da entidade, ou violação de leis, normas e regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis ou mesmo darem origem ao registro de provisão para contingências passivas. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Cont. George Mesquita Andrade
CRC nº 5252/O-7